

LUCIVANE DOS SANTOS PALTANIN

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA CLASSE REGULAR

PONTAL DO PARANÁ

2005

LUCIVANE DOS SANTOS PALTANIN

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA CLASSE REGULAR

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de especialista pelo curso de Inclusão/Educação Especial da Universidade Federal do Paraná/DEPSI em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Pontal do Paraná/CEAD.

Orientadora: Professora Márcia R. Sé Guimarães.

PONTAL DO PARANÁ

2005

Dedico esta monografia a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização e desenvolvimento do mesmo, tendo como principal, minha família.

Agradeço aos colaboradores por nos incentivar, apoiar, orientar e colaborar com esta pesquisa contribuindo com sugestões, mostrando-se dispostos e atendendo-nos, com boa vontade, sempre que solicitados. À direção, supervisão e funcionários da Escola Municipal que me abriu as portas para a realização desta pesquisa de campo. À meus familiares que tanto nos apoiaram nessa trajetória.

“Muitos de nossos problemas mais críticos não estão no mundo das coisas, mas no mundo das pessoas. Nosso maior fracasso como seres humanos tem sido a incapacidade de assegurar a cooperação e o entendimento com os outros”

(Hersey & Blanchard, 1979)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA	3
2.1 HISTÓRICO	3
2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA	4
2.3 A ROTINA DA ESCOLA.....	6
2.4 RELAÇÃO ALUNOS/PROFESSORES/FUNCIÓNÁRIOS.....	6
2.5 SEGURANÇA DOS ALUNOS	6
2.6 O PESSOAL: CORPO DOCENTE ENVOLVIDO DIRETAMENTE COM O ATENDIMENTO AO ALUNO.....	7
2.7 FORMAS DE INGRESSO E PROMOÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	7
2.8 PROPOSTAS E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES	7
2.9 A TURMA FREQUENTADA PELO ALUNO SURDO	8
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	9
3.2 DEFICIÊNCIAS	13
3.2.1 Alunos da Educação Especial.....	13
3.2.2 História dos Surdos no mundo	14
3.2.3 Filosofias Educacionais para pessoas surdas no Brasil.....	14
3.2.4 Área da deficiência Auditiva	15
3.3 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO	17
3.4 A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO	18
3.4.1 Adaptações Curriculares	19
3.4.2 Como formar professores para uma escola Inclusiva	20
3.5 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA NA ESCOLA INCLUSIVA.....	21
4 RELATÓRIO DE APLICAÇÃO DO PROJETO	24
4.1 O ALUNO	24
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DE ENTREVISTAS 1ª ETAPA	26
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS NA 2ª ETAPA COM A CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

RESUMO

O presente procura estudar a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas classes regulares vindo propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns, percebendo que as crianças podem aprender juntas, embora tendo metas e processos diferentes. O fundamento dessa análise da inclusão de alunos especiais nas turmas regulares caracterizou-se como uma investigação qualitativa e descritiva, um estudo de caso que procurou analisar a participação e a socialização do portador de necessidades educacionais especiais nas classes regulares. A partir da observação, questionário e entrevista, teve-se a oportunidade de conhecer a opinião de professores, supervisão e direção frente ao tema inclusão e obteve-se um melhor conhecimento sobre o assunto. Concluiu-se que esse tema pode ser muito abrangente, tendo em vista a grande polêmica pela aceitação ou não do aluno especial nas classes regulares, verificando-se que muitos professores não estão preparados para receber esses alunos, pois a lei cobra mas não propicia formação nem assessoramento disponível para fornecer aos portadores de necessidades educativas especiais uma formação adequada que leve ao seu desenvolvimento pleno.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo saber se o sistema de ensino regular que oferta em seu atendimento educacional especializado, a inclusão do aluno surdo na classe regular, afim de propor novas alternativas no processo ensino-aprendizagem para preparar este educando surdo e todo o âmbito escolar para o processo da inclusão, estabelecendo a diferença entre integração e inclusão, definindo o trabalho frente a diferença existente, analisando as necessidades individuais do estudante mediante decisões sobre procedimentos pedagógicos a serem aplicados, capacitando professores, organizando atividades, auxiliando o aluno, fornecendo uma prática pedagógica coerente e eficaz, avaliando se realmente acontece a inclusão no segmento escolar, verificando as relações pessoais com este aluno, observando se o ambiente físico e social é adequado às N.E.E desse aluno, analisando o procedimento avaliativo, tendo em vista que a inclusão do aluno surdo na escola regular contribui para o seu desenvolvimento social . Os serviços de acompanhamento especializado nas demais áreas do seu desenvolvimento devem complementar a educação escolar desse indivíduo, pois o principal objetivo do ensino inclusivo é servir adequadamente a todos os alunos. As pessoas que possuem Necessidades Educativas Especiais, necessitam de instruções, instrumentos, de técnicas e de atendimento especializado associado a uma reestruturação das escolas e das classes.

A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial, é um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção. Ela reúne múltiplas atitudes, que começam pelo respeito às variáveis de personalidade de cada educando, além de considerar o seu estilo de aprendizagem.

Incluir, é falar em novas alternativas e em novas vias, isto é, mencionar o desenvolvimento educacional e o progresso científico pedagógico com visão ampla suprimindo a diversidade e necessidades individuais de cada aluno

Esta pesquisa visa possibilitar a compreensão dos objetivos preconizados através da “Inclusão” de pessoas que tenham Necessidades Educativas Especiais, na área auditiva oportunizando uma aprendizagem adequada, uma socialização

satisfatória possibilitando-lhe a conquista de sua autonomia e a construção da própria cidadania.

Segundo à LDB, o principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de, bem sucedidamente, educar a todas elas, inclusive àquelas que possuam desvantagens severas, tal proposta é compatível com o princípio de normalização.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica art. 208, deverá ter atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades.

As pessoas com Necessidades Educacionais Especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, atendendo suas necessidades.

Este trabalho apresenta, inicialmente a identidade da fase em que foram redigidas as atividades.

Em seguida, faz-se a identificação da instituição onde o trabalho foi desenvolvido.

Posteriormente, procurou-se apoio em alguns autores fazendo-se uma pesquisa bibliográfica para então, dividir o trabalho em duas etapas: na primeira fez-se um estudo de caso diretamente com o aluno surdo e na segunda fez-se um estudo com a escola em relação à inclusão dos surdos nas classes regulares.

2 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

2.1 HISTÓRICO

O local de aplicação da referente pesquisa é a Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves sito à rua Coronel Monteiro, nº 443, onde, verificou-se que já existia um documento histórico sobre o ensino em Campina Grande do Sul, cujos dados foram retirados do livro “ História de Campina Grande do Sul “, que pertence à Prefeitura Municipal.

Pelo decreto nº 5035/61 de 21 de novembro de 1961, foi criado o primeiro grau escolar no Município, ficando desativada a Casa Escolar passando a funcionar em prédio de alvenaria construído em 1960, na Praça Bento Munhoz da Rocha. Pelo decreto nº5035/61 de 27 de novembro sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, foi designada a professora Maria do Carmo Rocha Coelho para responder pela Direção do Estabelecimento.

Pela resolução nº 3040/64 de 10 de Julho de 1964 foi designada a primeira secretária do Grupo Escolar de Campina Grande do Sul, a professora Neiva Sirley da Silva Kiche. Pelo decreto nº 10568/68 de 3 de Junho de 1968 o Grupo Escolar de Campina Grande do Sul, passou a denominar-se Grupo Escolar “ Francisco Braga “ em homenagem ao compositor do hino á Bandeira Nacional.

Em 1981, por determinação da Resolução nº 1361/81 fica autorizada a funcionar , a Escola Campos Sales – Ensino de 1º grau no Município de Campina Grande do Sul, mantida pelo Governo do Estado do Paraná, resultante da reorganização do Ginásio Estadual Campos Sales e Grupo Escolar Francisco Braga, ambos do mesmo município, os quais passam a constituir um único estabelecimento de ensino, atendia a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio

Com a Resolução nº 1034/91 de 14 de março de 1991 a escola passou por um processo de municipalização do ensino de 1ª a 4ª série, criando-se a Escola Municipal “José Eurípedes Gonçalves ” - Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), desvinculando-se da Escola Campos Sales.

2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA DA ESCOLA

Da Direção

Art-18 - A Direção é o Órgão que presidirá o funcionamento dos serviços escolares, os trabalhos dos professores, as atividades dos alunos e as relações da comunidade escolar com vida exterior.

Da Equipe Pedagógica

Art. 21 - Equipe Pedagógica é o Órgão responsável pela coordenação, implantação no Estabelecimento de ensino, das Diretrizes Pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

Art.22 - A Equipe Pedagógica é composta por Supervisor de Ensino e Corpo Docente.

Da Supervisão

- I- subsidiar a Direção com critérios para a definição do Calendário Escolar, organização das classes, do horário semanal e distribuição de turmas;
- II elaborar com o corpo docente o currículo pleno do estabelecimento de Ensino, em consonância com as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria Municipal da Educação;
- III assessorar e avaliar implementação dos programas de ensino e dos projetos Pedagógicos desenvolvidos no Estabelecimento de Ensino;
- IV acompanhar o processo de ensino, atuando junto aos alunos e pais, no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua maioria;
- V subsidiar o Diretor e o Conselho Escolar com dados e informações relativas aos serviços de ensino prestados pelo Estabelecimento e o rendimento do trabalho escolar;
- VI- promover e coordenar reuniões sistemáticas de estudo e trabalho para o aperfeiçoamento constante de todo o pessoal envolvido nos serviços;
- VII elaborar com o Corpo Docente os planos de recuperação a serem proporcionados aos alunos que obtiveram resultados de aprendizagem abaixo dos desejados;
- VIII analisar e emitir parecer sobre adaptação de estudos, em caso de recebimento da transferência, de acordo com a legislação vigente:
- IX- propor à Direção a implantação de projetos de enriquecimento curricular a

serem desenvolvidos pelo Estabelecimento e coordená-los se aprovados

X coordenar o processo do slogan de livros didáticos, se adotados pelo Estabelecimento, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria do Estado da Educação;

XI instituir uma sistemática permanente de avaliação do plano Anual do Estabelecimento de Ensino, a partir do rendimento do acompanhante de egressos, de consultas e levantamento junto à comunidade;

XII participar sempre que convocado, de cursos, seminários, reuniões, encontros, grupo de estudo e eventos;

XIII exercer as demais atribuições decorrentes deste regimento, e no que a especificidade de cada função;

XIV elaborar o regulamento de Biblioteca Escolar, juntamente com o seu responsável;

XV orientar o funcionamento da biblioteca escolar, para garantia do seu espaço Pedagógico

Corpo Docente

Art. 24 - O Corpo Docente será constituído de professores devidamente habilitados, em obediência as disposições legais atinentes e normas aplicáveis dos Órgãos correspondentes;

Art. 28 - O professor através de seu trabalho deverá oportunizar a apreensão do conhecimento pelo aluno de forma crítica, e permitir a ele a ampliação da visão de mundo e a compreensão das relações sociais existente, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania.

Da Secretaria

Art. 39 - Secretaria é Órgão que terá o seu encargo todo o serviço de escrituração, documentação e correspondência do Estabelecimento.

Dos Serviços Gerais

Art. 45 - Os Serviços Gerais tem o seu encargo o serviço de manutenção, preservação, segurança e merenda escolar do Estabelecimento de ensino, sendo coordenado e supervisionado pela Direção, ficando a ela subordinado.

Parágrafo Único - Compõem os Serviços Gerais, mencionados no capítulo deste

artigo, servente, vigia e outros previstos em ato específico da Secretaria Municipal de Educação

2.3 A ROTINA DA ESCOLA

O período de funcionamento é pela manhã das 07:50hs às 11:50hs, e das 13:15h às 17:15 com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

São 750 alunos matriculados na escola, quatorze matriculados na Classe de Atendimento Especializado para o Deficiente Auditivo – CAEDA sendo três surdos freqüentadores do ensino regular, neste estabelecimento.

A relação de direção, supervisão, professores e funcionários se dá de diversas formas como coletividade, individualidade. O trabalho na escola obedece a uma hierarquia, mas também há um trabalho coletivo no interesse da escola, onde todos dão opiniões e sugestões.

2.4 RELAÇÃO ALUNOS/ PROFESSORES/ FUNCIONÁRIOS

Podemos dizer que num todo há uma relação estável, os professores e alunos tratam-se com respeito, amizade, cooperação, havendo um bom relacionamento.

2.5 SEGURANÇA DOS ALUNOS

É feita pela Patrulha Escolar com a ronda de um policial que vem a escola para dar um volta na hora do recreio, e também de funcionários que atendem os alunos durante o período escolar.

2.6 O PESSOAL: CORPO DOCENTE ENVOLVIDO DIRETAMENTE COM O ATENDIMENTO AO ALUNO:

Nome	Turma que atua	Graduação	Turno
Adryana	2ª e 3ª série	Cursando Pedagogia	Manhã/Tarde
Dorvalina	Ed. Artística	Magistério	Tarde
Eloisa	Classe Especial – DA	Cursando Pedagogia/ Pós Especialização	Manhã/Tarde
Lucivânia	Ensino Religioso	Cursando Pedagogia	Tarde
Ceres	Supervisora	Pedagogia/Pós/Especialização	Manhã
Virginia	Educação Física + Classe de apoio	Pedagogia/ Pós	Manhã/ tarde
Nerli	Direção	Pedagogia/ Pós Graduação	Manhã/Tarde

2.7 FORMAS E INGRESSO E PROMOÇÃO DO CORPO DOCENTE

Os professores são selecionados por meio de concurso público realizados pela Prefeitura Municipal, através de parcerias, alguns professores são cedidos pela SEED do Estado do Paraná.

2.8 PROPOSTAS E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

A Secretaria de Educação de Campina Grande do Sul, promove todos os anos, no mês de fevereiro, a Semana Pedagógica para todas as escolas municipais. Nesse plano de carreira para o quadro próprio do magistério com previsões de avanços verticais e diagonais. Investe na escolarização dos professores concedendo bolsa auxílio para os estudos. Todos os professores tem direito a hora permanência dentro de sua jornada de trabalho, também concede gratificação: por regência de classe; aos professores das classes de alfabetização e ensino especial, também para Direção e Supervisão.

2.9 A TURMA FREQUENTADA PELO ALUNO SURDO

A regente da classe é formada em magistério e está cursando Pedagogia, possui treze anos de atuação e durante esse período nunca trabalhou com um aluno surdo.

A turma é composta por trinta e dois alunos, com faixa etária entre oito e doze anos, com situação sócio-econômica desfavorecida.

3 REVISÃO DE BIBLIOGRAFIA

3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da educação especial no Brasil traz influências das tendências pedagógicas, décadas se passaram e a pessoa portadora de Necessidades Educacionais Especiais era considerada marginalizada, doente e improdutiva.

Na era Pré-Cristã, se eliminava deficiência com a morte na Pós compensa, conformismo piedoso, já na Idade Média, o deficiente tinha conotação religiosa, ele estava ligado ao demônio. Após a Revolução Francesa, a anormalidade com os deficientes ficou mais humanista.

No Brasil à respeito da educação especial se registra no período Colonial, uma instituição que atendia deficientes físicos que foi a Irmandade Santa Casa de Misericórdia.

ANACHE (1994), relata que a primeira manifestação oficial a respeito da educação de deficientes que se tem conhecimento, foi apresentada em projeto de lei à Assembléia por Comélio Ferreira França, Deputado Federal em 1835, sendo logo arquivado.

No segundo Império, em 1854 por inspiração européia, foi criado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos que hoje se chama Instituto Benjamim Constant. Criou-se na Corte o ensino para cegos (1854) e surdos (1856).

Logo após esta iniciativa, seis instituições foram criadas durante o decorrer de trinta anos.

Havia nestas instituições ensino de 1ª à 4ª séries, cursos profissionalizantes de pouca duração. Estas iniciativas dependiam da autorização da administração escolar, desde professores, já que a Constituição de 1824 não contemplava um atendimento educacional para “deficientes”.

No final do império ao advento da República foram os deficientes visuais que recebiam apoio do Estado. Os deficientes mentais, até então os tidos como doentes, eram internados em sanatórios psiquiátricos ou sendo forçados a trabalhar no campo.

JANUZZI (1985), relata que a nível nacional foi a década de 20, com o movimento escolanovista e sob a influência de educadores como Montessori,

Decroly, Dewey e outros que a educação incorporou novos princípios, adotou testes psicológicos para tirar e diagnosticar crianças com “deficiências mentais”. Nesta ocasião valorizou-se estudos de psicologia experimental e a escola juntamente com médicos e educadores, começaram a centrar os interesses na criança, quando também adotam métodos ativos no processo ensino aprendizagem.

Toda a preocupação com testes da inteligência vai ser ampliada a partir de 1920, sendo o trabalho de Binet x Simon em (1929) traduzido por Lourenço Filho. Não se tratou de preocupação com o anormal, mas sim, feito em função do normal (JANUZZI, 1985 p. 21)

Helena Antipoff adepta do movimento escolanovista, sugere em 1930 que haja uma separação de alunos em sala de aula, onde deveriam incluir crianças do 1º ano, com até sete anos e nove meses. Os repetentes entrariam em 3 classes como: classe B para alfabetizados, classe C para crianças com inteligências tardias ou retardadas e classe D para crianças anormais que hoje chamamos de classes especiais.

A experiência educacional sistematizada de atendimento foi a primeira criada em 1932 em Minas Gerais, com a fundação da sociedade de Pestalozzi pela iniciativa de Helena Antipoff, que já atendia pessoas com deficiência mental e seu objetivo principal era a adaptação do “excepcional”, na sociedade.

As instituições especializadas pelo Estado, garantiam a tranqüilidade das classes comuns. A clientela atendida pelo Instituto era toda uma variedade de alunos que não correspondiam aos parâmetros da ordem e da moral existentes na sociedade e institucionalizados na escola... isto para minimizar a miséria moral em que se achavam. (JANUZZI, 1985, p. 90)

Apesar de Antipoff considerar a influência do social no desenvolvimento da “inteligência” declara:

Assim sem Ter o direito de pensar que a educação pode criar de mesmo aumentar o potencial nas faculdades inatas das crianças, temos a convicção de que o exercício racional e sistemático pode organizá-las (ANTIPOFF IN: JANUZZI 1985 p. 91)

O movimento exerceu influência na escola pública brasileira que embora não tenha assumido a educação de excepcionais, deu seu apoio à criação de instituições especializadas que contribuíram para a implantação da educação gratuita aos excepcionais.

Destaca-se no Brasil como matéria de avanço resultantes destas campanhas as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61 e 5692/72 que sistematizaram o ensino público. Estas conquistas foram significativas para a educação pública, por inserir legalmente o portador de dificuldades específicas dentro do contexto escolar brasileiro e paranaense.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4024/61 o portador de deficiência tem garantido o direito de integração no ensino regular ou a educação ao encargo das instituições especializadas.

Logo uma década após, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/72 com o intuito de corrigir inadequações do ensino médio. A nova Lei de Diretrizes e Bases propôs a reformulação do ensino superior e ajustes econômicos para a educação vigente, também promulgava alterações que beneficiaram mais o ensino especial. “Os alunos que apresentaram deficiências físicas ou mentais, os que encontravam com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes conselhos de educação.

Considera-se a Lei 5692/72 um avanço em relação à 4024/61 na medida em que ela é mais afirmativa com relação a tal direito e em que remete pelo menos parte do problema para o ensino regular. (FERREIRA, In ANACHE, 1994, p.22)

No artigo da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pelo primeiro parágrafo do Art.58 da Lei 9394, “haverá, quando necessário serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.” (BRASIL, 1997. P. 28)

A nova Lei de Diretrizes e Bases se traduz em um documento importante ao ensino especial, por estabelecer os rumos e fundamentos da educação brasileira. Ela atribui ao poder público, a responsabilidade de um ensino universal com qualidade, inclusive aos que não tiveram acesso à ele na idade própria.

Por apresentar métodos e medidas especiais para atendimento é que a LDB da educação nacional, contempla em seu artigo 4º parágrafo 3º: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino.”

A LDB destina um capítulo específico à educação de pessoas portadoras de deficiências, abordando: atendimento, currículo, professores, profissionalização e

instituições privadas que ofertem ensino especial. Ressalta-se também nesta lei a oferta educacional à criança com dificuldades especiais à partir de seu nascimento e garantindo-a até a educação para o trabalho independente na comunidade ou outras formas supervisionadas de trabalho.

O artigo 4º e 5º são claros quando a obrigatoriedade e gratuidade de ensino fundamental, é direito público, subjetivo, podendo qualquer cidadão, e ainda o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.

Canziani (1985, p,49) afirma que se déssemos mais crédito e nos apoiássemos mais no que existe quanto à legislação vigente, muitos problemas relacionados com educação especial no Brasil seriam mais adequadamente resolvidos.

O importante é que a família e órgãos protetores de Pessoas Portadoras Necessidades Especiais e também outros setores da comunidade se mobilizem para atender essa clientela. Como também à sociedade, atender os portadores de necessidades especiais, conhecendo-os como seres produtivos e capazes de assumir sua cidadania sem as idéias que são paliativas para estas pessoas.

Segundo Carvalho (1998, p, 176), em que pese a história da humanidade nos mostra o problema fundamental, em relação aos direitos do homem, não está em justificá-los e consagrá-los em textos aprovados no consenso mundial. Certamente que o fato de serem afirmados e reafirmados em declarações, representa um grande avanço político e social. A contradição não está no como reivindicar ou inserir direitos em textos; o problema está em protegê-los, em conquistar sua execução, o que, geralmente é fruto das lutas de determinados grupos que se sentem desrespeitados.

No Paraná a nível de legislação por sua importância destaca-se a deliberação 004/73 que normaliza a Educação Especial, substituída em 1975 pelas deliberações 024, 035, e 020/86 ainda em vigor.

A partir da década de 80 houve um significativo avanço do Paraná, o projeto denominado treinamento em ação promovido pela SEED/DEE, apoiado pelo PROVOPAR, UNICEF entre outros afins, trabalhou a conscientização da prevenção de deficiências.

Constata-se até 1994 que 80% dos paranaenses já contam com um total de 1600 programas.

A secretaria de Estado da Educação do Paraná em 1994, traz um índice de atendimento em escolas da rede pública e escolas conveniadas com a SEED, e ainda várias instituições privadas que ofertam ensino especial.

Segundo SEED do Pr (1994) a expansão do ensino especial, ocorreu predominantemente na área da deficiência mental. Das 263 escolas especiais do Estado, 206 são da área mental contra 57 que ofertam ensino à outras áreas de deficiências.

Pois segundo a ONU, 10% da população possui algum tipo de deficiência, porém não há registro desta população, na oferta educacional especial do Estado do Paraná.

Importante ressaltar as conquistas legislativas que asseguram os direitos das pessoas portadores de deficiência há de buscar uma participação efetiva de órgãos públicos, enfim, da sociedade em geral através de um exercício continuado de suas funções, fazer valer sua autonomia e forças, justiça e reconhecer dignamente a emancipação social das pessoas com N.E.E.

3.2 DEFICIÊNCIAS

3.2.1 Alunos da Educação Especial

É aquele que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos do domínio das aprendizagens, curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas. Genericamente pessoas com Necessidades Educacionais Especiais são classificadas em: surdos, cegos e baixa visão, superdotados, deficiente mental e físico, condutas típicas e hiperativos

3.2.2 História dos Surdos no mundo

Na antigüidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar. Os gauleses os sacrificavam ao Deus Teotales por ocasião da Festa do Agárico. Em Esparta, os surdos eram jogados do alto dos rochedos e, em Atenas, eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos.

Os surdos não eram considerados seres humanos competentes. Dizem que sem a fala não se desenvolveria o pensamento. Aristóteles falava que a linguagem

era o que dava a condição de humano ao indivíduo. Para os romanos os Surdos que não falavam não tinham direitos legais, não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Eram considerados incapazes de gerenciar seus atos, perdiam sua condição de ser humano e eram confundidos como retardados.

Consideravam os surdos privados de toda possibilidade de desenvolvimento intelectual. Essa situação só iria se modificar com o código Justiniano (483-482 a.C.), quando começam a distinguir os graus de deficiência auditiva; mas o que nascia surdo não poderia ser educado, sendo comparado aos idiotas, absolutamente incapaz para a prática de atos da vida jurídica.

A Igreja Católica, até a Idade Média, acreditava que as suas almas não poderiam ser consideradas imortais porque eles não podiam falar os sacramentos.

3.2.3 Filosofias Educacionais para pessoas surdas no Brasil

Através de pesquisa realizada por profissionais da PUC (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) em convênio com o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) publicada no ano de 1986 em Curitiba, constatou-se que o surdo apresenta muitas dificuldades em relação aos pré-requisitos à escolaridade, e 74% não chega a concluir o 1º Grau. Ao ingressar na escola regular, a criança surda enfrenta seu maior problema: a barreira da comunicação.

Atualmente no Brasil as filosofias educacionais são: oralismo – preocupa-se com o ensino da língua oral através de vários métodos tais como: Verbotonal, leitura labial, discriminação auditiva, etc; Bimodalismo – é a utilização simultânea das duas modalidades de língua, a oral – auditiva e a gestual – visual, misturando as duas línguas; Comunicação Total – procura desenvolver todas as habilidades da educação tais como: a fala, a audição, os sinais, leitura, escritas e outros recursos; Bilinguismo – uso de duas línguas por uma pessoa; Libras (língua brasileira de sinais) – esta língua é comparada em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais, expressam idéias sutis, complexas e abstratas

3.2.4 Área da deficiência Auditiva

A via auditiva, um dos canais de informação, é responsável, em grande parte, pela aquisição da linguagem e pela percepção de estímulos do ambiente físico que cerca o ser humano.

A unidade usada para se aferir a perda auditiva é o decibel (dB). Considera-se normal, em termos de audição, a pessoa que detecta sons entre 10 e 20 dB. Segundo o grau, é considerada leve a perda auditiva que varia entre 21 a 39 dB; moderada, entre 40 a 70 dB, severa, de 71 a 90 dB, e profunda, acima de 90 dB.

Quando ao local da perda auditiva, são identificados três tipos principais:

Perdas condutivas – há qualquer interferência na condução do som do ouvido externo ou médio para o ouvido interno.

Perdas neurossensoriais – há lesão a nível de ouvido interno, vias auditivas nervosas e centrais, que impedem a transmissão do som.

Perdas mistas – a lesão aparece a nível de ouvido externo e/ou médio, associada ao ouvido externo e/ou vias auditivas.

Do ponto de vista pedagógico, uma classificação adequada deve considerar, ainda, de que forma a perda auditiva pode afetar o desenvolvimento da linguagem, quais as dificuldades e comportamentos característicos, de acordo com a perda e a indicação do atendimento educacional.

O portador de perda auditiva leve (21 a 39 dB) possui dificuldade em discriminar sons da fala, principalmente a distância e apresenta trocas sistemáticas ou assistemáticas ao falar, ler ou escrever.

No ambiente escolar, geralmente esses aspectos são interpretados pelo professor como desatenção, pois tais alunos solicitam freqüentemente a repetição do que lhes falam.

Essa perda – embora possa ocasionar problemas fonoarticulatórios – não impede a aquisição e o desenvolvimento normal da linguagem oral, oportunizando ao aluno o seu atendimento na rede regular de ensino com indicação para atendimento fonoaudiológico, quando necessário.

A perda auditiva moderada (40 a 70 dB) dificulta ao aluno a discriminação de sons da fala em ambientes ruidosos e até mesmo a compreensão de frases estruturalmente complexas em ambientes normais. Neste caso, são freqüentes um certo atraso em relação ao desenvolvimento normal da linguagem e alterações fonoarticulatórias.

Como a compreensão verbal está intimamente ligada à aptidão individual para a leitura labial, é fundamental que no diálogo o interlocutor fale em tom de voz mais alto que o normal, para que a compreensão seja facilitada.

É interessante ressaltar que esses alunos apresentam uma estruturação de linguagem característica, com emissões e/ou acréscimos em relação a sílabas ou palavras, ausência de elementos coesivos na oração, ausência de flexão de substantivos e adjetivos, erros de concordância nominal e verbal etc.

Neste sentido, embora o aluno possa freqüentar o ensino regular, devido às dificuldades apresentadas, ele deverá, necessariamente, receber atendimento especializado para que as mesmas sejam superadas e não se apresentem como óbice ao bom desenvolvimento da aprendizagem.

Em relação ao portador de perda auditiva severa ou profunda, é necessário destacar a importância do atendimento especializado, tendo em vista que a aquisição da linguagem, seja oral ou sinalizada, dependerá fundamentalmente de um trabalho sistemático e contínuo com profissionais especializados.

Os alunos com este tipo de perda apresentam voz característica, grande dificuldade quanto à estruturação da linguagem oral, à organização de idéias, à produção de fonemas e ao domínio de conceitos verbais, o que dificulta sobremaneira sua comunicação com os ouvintes. São facilmente identificáveis, visto que fazem uso de gestos e sinais, acentuadamente.

O encaminhamento educacional especializado na área de deficiência auditiva se faz preponderantemente através das seguintes modalidades de atendimento: Escolas Especiais, Centros de Atendimento Especializado, Escolaridade Regular com Atendimento Especializado e Educação Especial Supletiva.

3.3 INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO

A inclusão poderá ser um caminho de maiores possibilidades de ganhos na aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades especiais.

A inclusão escolar pode também trazer vantagem para o professor se ela for vista como possibilidade de troca e renovação da sua prática pedagógica.

O ingresso de uma criança com necessidades especiais na sala de aula regular aumentará sobremaneira suas chances de autonomia intelectual e social.

As experiências vivenciadas pelos alunos portadores de necessidades especiais, escolar serão especialmente valorosa para o favorecimento da aprendizagem e desenvolvimento global desses alunos.

Assim podemos afirmar que a escola regular é potencialmente um espaço possibilitador que permite muito mais a vivência de experiências significativas e diversificadas do que instituições educacionais que primam pela homogeneidade.

Atualmente o consenso mundial determina novas linhas de ação inspiradas no princípio de integração e na necessidade de assegurar “escolas para todos” que reconheçam as diferenças, promovam a aprendizagem e atendam às necessidades de todos os alunos. Todos educandos são capazes de aprender, alguns exigem apoio adicional, outros adaptações, outros ainda equipamentos específicos, recursos passíveis de serem ofertados pelos diferentes segmentos da sociedade. É por isso e outras que a proposta de inclusão propõe uma revolução de valores e atitudes que exige mudanças na estrutura da sociedade e da própria educação escolar visando alcançar a integração social, pela expansão do atendimento na rede governamental de ensino pelo ingresso dos alunos em turmas do ensino regular sempre que possível, deve-se dar condições de integração ao sistema de ensino regular, conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da presença dos alunos especiais em escolas regulares, promovendo a integração técnico – pedagógica entre os educadores no ensino regular e especial e as ações integradas nas áreas social, de educação, saúde e trabalho.

Alvaro Marchesi, parte do pressuposto da própria natureza da escola básica, da escola e da educação comum.

O conceito da escola inclusiva é ligado à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa de modo que se tenha lugar para todas as diferenças individuais, inclusive aquelas associadas a alguma deficiência. A escola rural é inclusiva, vão para lá todos os meninos e meninas da comunidade inclusive os que tem N.E.E.. O tema da inclusão representa a idéia e o desafio e acredita que isso não é fácil é como podemos generalizá-lo ao conjunto do sistema educativo.

A educação inclusiva não é uma ação da Educação Especial. É da escola comum. Implica transformar a Educação comum no seu conjunto e assim deveremos transformar a Educação Especial para que contribua de maneira significativa ao desenvolvimento de escolas de qualidade para todos e entre todos. A inclusão à partir da Educação Especial, é um desafio da escola comum.

3.4 A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO

Entre os critérios que deveriam estar presentes na elaboração do projeto de educação, poderíamos apontar os seguintes:

- Equilíbrio entre todos os objetivos, evitando que a aquisição de informação e de conhecimento seja o fator central que oriente toda a aprendizagem dos alunos.
- Avaliação semelhante de todas as áreas curriculares.
- Flexibilidade na organização do centro educacional e na coordenação das atividades.
- Diversidade nas atividades realizadas, nas possibilidades oferecidas aos alunos e nos métodos empregados.
- Incorporação de um sistema de detecção das necessidades educacionais específicas de cada aluno surdo, de critérios para realizar as adaptações curriculares pertinentes e avaliação da evolução dos alunos.
- Utilização habitual dos métodos ativos, da experiência direta e do apoio visual da informação.
- Importância da expressão corporal e da utilização das mãos e dos gestos para a comunicação.
- Decisão sobre o sistema lingüístico que será utilizado com os alunos surdos.
- Planejamento de atividades de recreação e lazer para favorecer a interação social das crianças ouvintes e surdas.
- Decisão sobre o tipo de relações que o centro educacional tentará estabelecer com as associações de pessoas surdas e o papel dos adultos surdos no processo educacional do centro.

Necessitamos de uma escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores e em resposta às necessidades de inclusão.

Nesta busca de respostas para atender a diversidade, o processo pedagógico propicia uma melhor qualidade de educação para todos, desta forma alunos, professores, família e comunidade se beneficiam da educação inclusiva.

Para tanto, precisamos nos apropriar das diferentes modalidades de atendimento de Educação Especial expressas na Política Nacional de Educação Especial, estas modalidades devem ser criadas no interior das escolas regulares, como alternativas de procedimentos didáticos específicos e adequados às

necessidades educativas desses alunos e implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados.

O planejamento da ação educativa deve ser participativo, ou seja, deve envolver os educadores da educação especial e regular.

Não há dúvida de que a qualidade da educação tem importância prioritária para ao crescimento econômico, social e político do país. Os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos e portanto, estabelecer metas e procedimentos eficientes de inclusão e de ampliação da cidadania.

3.4.1 Adaptações Curriculares

A prática educacional em um centro de ensino tem diferentes níveis de realização. No nível mais geral, encontram-se as orientações e decisões adotadas para todo o centro e que constituem seu projeto de educação. Em níveis mais concretos encontram-se as decisões que guiam a atividade docente de um grupo de professores de um ciclo, ou as orientações e decisões de um professor para o grupo de alunos específicos de sua aula.

Em todos estes níveis são abordadas tanto propostas gerais, que dizem respeito a todos os alunos, como propostas mais específicas, dirigidas ao grupo de alunos surdos ou a um aluno surdo em especial, que constituem as adaptações dos diferentes componentes do currículo, e que têm como finalidade oferecer uma resposta educacional satisfatória à problemática destes alunos.

Estas adaptações podem referir-se a todo o corpo docente, e, neste caso, farão parte do projeto de educação do centro, ou então dizer respeito somente a um grupo de professores ou à prática educacional de um professor, sendo sua influência, portanto, mais limitada.

A educação inclusiva é identificada como o caminho eficiente para a construção da cidadania e da participação social em consonância com a perspectiva da educação para todos e com todos.

A prática da inclusão na realidade brasileira revela algumas dificuldades: despreparo do sistema regular de ensino para atuar no processo; resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos e fatores diversos de natureza familiar, institucional e sociocultural.

O Ministério da Educação e Ciência da Espanha publicou em 1992, uma proposta nacional de adaptações curriculares, como recurso a ser utilizado para dar respostas apropriadas às necessidades especiais dos alunos a partir do currículo regular. Os procedimentos de adaptações curriculares foram definidos como o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender as diferenças individuais dos alunos. Os autores distinguem as adaptações de acesso ao currículo, definindo-as como as modificações ou previsão de recursos espaciais, materiais ou de comunicação que favorecem o aluno com necessidades educativas especiais no desenvolvimento do currículo regular, ou se for o caso, do currículo adaptado.

3.4.2 Como formar professores para uma escola Inclusiva?

Uma das condições de funcionamento da escola é o professor, embora saibamos que a própria instituição escolar terá de buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, orientados por concepções e práticas pedagógicas que atendam à diversidade humana.

O princípio democrático de educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais em todos os alunos e não apenas em um deles. (MANTOAN, 1997, p. 120).

Este novo momento exige dos professores outros conhecimentos além daqueles que receberam nos seus cursos de formação.

É preciso que haja uma reforma na formação dos professores, que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência.

A principal meta do professor deve ser satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada criança, incentivando-a ao aprender e desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade particular. Isso requer, por parte dos professores maior sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica. Esta prática pedagógica deve ter como objetivo a autonomia intelectual, moral e social de seus alunos.

Precisamos então investir com seriedade na formação inicial e continuada dos profissionais da educação e de forma mais específica, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais. Esta formação em todas as

instâncias, precisa concordar com a política educacional brasileira vigente que prevê a inclusão – integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e também como oferta de serviços de Educação Especial para atender às necessidades educativas especiais.

É muito importante, que os professores se apropriem de conhecimentos didáticos e práticas de ensino que levem em consideração a diversidade dos alunos, dando-lhes condições de adaptar atividades, conteúdos e propostas curriculares.

A lei nº 9394/96 – Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação prevê no capítulo v, que os alunos com necessidades especiais devem ser atendidos por professores com especialização adequada, de nível médio ou superior, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

3.5 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA SURDA NA ESCOLA INCLUSIVA

Os alunos surdos dos colégios regulares recebem menos atenção e de menor qualidade, já que o número de alunos por sala é maior e os recursos técnicos, pelo contrário, são menores.

Os professores nos colégios regulares não estão preparados para ensinar as crianças surdas.

Os alunos surdos têm sérios atrasos na comunicação oral e, por este motivo, sua integração social não é fácil. Além disso, sua lentidão na aquisição da linguagem oral afeta as possibilidades de uma aprendizagem normal.

A inclusão da criança surda exige, como condição necessária, que exista um projeto de educação concreto no centro educacional que leve em consideração a presença de alunos surdos.

A comunicação e a linguagem na educação da criança surda é um dos pontos mais importantes que deve estar presente em todo o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, as orientações adotadas devem ser observadas por todos os professores.

A aquisição e o desenvolvimento da linguagem devem estar baseados na utilização de todas as possibilidades sensoriais da criança: o treinamento e, o aproveitamento dos resíduos auditivos, o cuidado com a prótese auditiva da criança.

A metodologia do trabalho em aula, o “como” ensinar, é um dos pontos que devem ser submetidos, periodicamente, a uma revisão, com a finalidade de adequá-la às possibilidades de aprendizagem de todos os alunos, tanto surdos como ouvintes. A presença, em aula, de alunos surdos deve reforçar o emprego de alguns princípios metodológicos como: - favorecer a atividade própria dos alunos e fomentar suas experiências diretas, como ponto de partida da aprendizagem; organizar as atividades de aprendizagem em pequenos grupos, para estimular a comunicação e cooperação entre os alunos; possibilitar a realização de diversas tarefas, ao mesmo tempo, pelos diferentes grupos de alunos, o que facilita um trabalho mais individualizado para a criança surda, que pode, assim, ser ajudada pelo professor de apoio.

As adaptações curriculares de que o aluno surdo necessita são muito variadas, podendo-se afirmar que vão desde pequenas, que permitem ao aluno acompanhar o currículo normal com seus colegas ouvintes, até muito significativas, que aconselham que o aluno surdo receba uma atenção especial, durante a maior parte do dia, e participe em poucas atividades comuns com seus colegas ouvintes.

Estas possibilidades tão diversas, que devem ser adaptadas à situação concreta de cada aluno e variar quando as circunstâncias assim aconselharem-no, refletem-se, principalmente, na maneira de organizar as atividades da aprendizagem para o aluno surdo e no papel que deve desempenhar o professor de apoio especializado em problemas de audição e linguagem.

Organização de um currículo mais especial pressupõe que os objetivos e conteúdos da aprendizagem encontram-se muito adaptados ao ritmo próprio do aluno surdo, sendo que grande parte de seu horário escolar deve organizar-se em uma aula específica. Trata-se de organizar um currículo específico para os alunos ouvintes. A ênfase situa-se mais em suas necessidades educacionais especiais, e não nas atividades comuns que podem realizar com os ouvintes, que são muito reduzidas.

4 RELATÓRIO DE APLICAÇÃO

Na primeira etapa do projeto, após escolher o tema e delimitá-lo, buscamos por meio de fontes bibliográficas subsídios teóricos para auxiliar-me na execução da referente pesquisa.

O acompanhamento do aluno surdo foi realizado de 2ª à 5ª feira em sua classe regular no período vespertino, onde através de uma pesquisa de campo registramos as observações e entrevistas coletando informações que acrescentassem o andamento do projeto.

Auxiliamos a professora, alunos e funcionários quanto a comunicação e esclarecimentos necessários, visando detectar as reais necessidades da escola em relação ao aluno surdo.

Verificamos se o processo de inclusão estava acontecendo ou não, dando sempre subsídios para que aconteça e adequando o ambiente físico e social à este aluno.

Fizemos uma análise descritiva sobre o procedimento avaliativo afim de adequá-lo ao aluno surdo.

Na segunda etapa, partimos para a escola, ministrando palestras com apoio pedagógico aos professores de outras turmas sobre a inclusão dos surdos em sala de aula, bem como fazendo um trabalho de acompanhamento junto à Supervisão e aos próprios alunos visando esclarecer dúvidas relacionadas à questão do surdo.

4.1 O ALUNO

Nascido em 26/01/87, 9º filho, gravidez normal, parto cesariana para laqueadura. Foi acometido de pneumonia, diarreia e desidratação com cinco meses. Do sexto ao oitavo mês, ficou hospitalizado. Teve intolerância ao leite materno, anemia intensa havendo necessidade de hemotransfusão. Sempre teve 2,3 kilos abaixo da média. Esse quadro permaneceu até os cinco anos de vida.

Por ser o caçula sempre foi “protegido”, possui um irmão deficiente físico, o pai é aposentado (sofreu derrame) e a mãe trabalha fora para ajudar no sustento da casa, o que fornece uma liberdade excessiva para o aluno permanecer na rua.

O aluno apresenta Deficiência Auditiva Neurosensorial bilateral sendo protetizado em fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco na cidade de Umuarama.

O problema foi constatado aos dois anos pois não respondia ao chamado de seus familiares. Após os exames foi encaminhado à Escola Especial de Umuarama – ASSUMU – frequentando o maternal de três a seis anos.

Em outubro de mil novecentos e noventa e seis, mudou-se para Campina Grande do Sul iniciando atendimento individualizado por uma profissional especializada na área, no CAIC deste Município.

Atualmente o aluno está matriculado na terceira série do ensino regular e no CAEDA, ambos na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves. É expontâneo e domina libras.

A mãe é a única representante da família que acompanha sua vida acadêmica.

Pesquisei a história do estabelecimento de Ensino, bem como sua estrutura de funcionamento, Projeto Político Pedagógico e seu conjunto de profissionais relacionados direta ou indiretamente ao aluno.

Esclareci o real sentido do Ensino Especial e a unidade que deve ter em relação ao ensino regular.

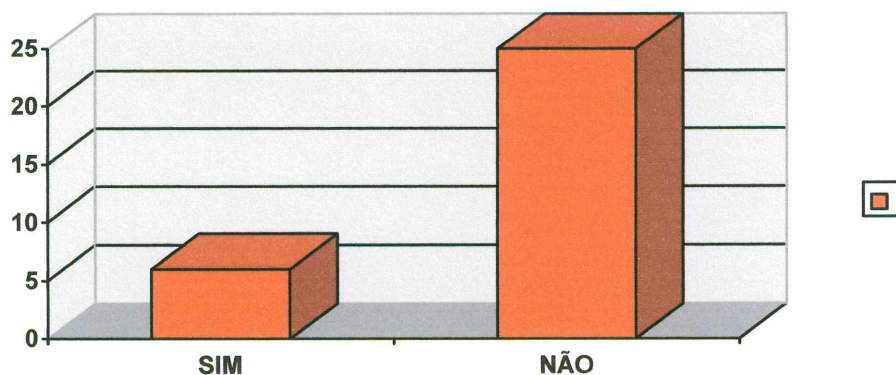
Observei as condições educacionais da escola e se ela leva em consideração a presença de aluno surdo e suas Necessidades Educativas Especiais baseada na incorporação de um projeto educacional integrado, dando referência obrigatória e todo desenvolvimento curricular, tanto para surdos como para ouvintes.

Favoreci a identidade pessoal, a interação social e a comunicação da criança surda é um incentivo para que os professores como um todo comprometam-se na viabilização de aquisição do conhecimento deste aluno. A clareza de informações sobre a surdez, como e quando ocorre, quais as perdas auditivas e filosofias adequadas à cada indivíduo surdo são esclarecimentos preliminares para a desmistificação do “Problema”.

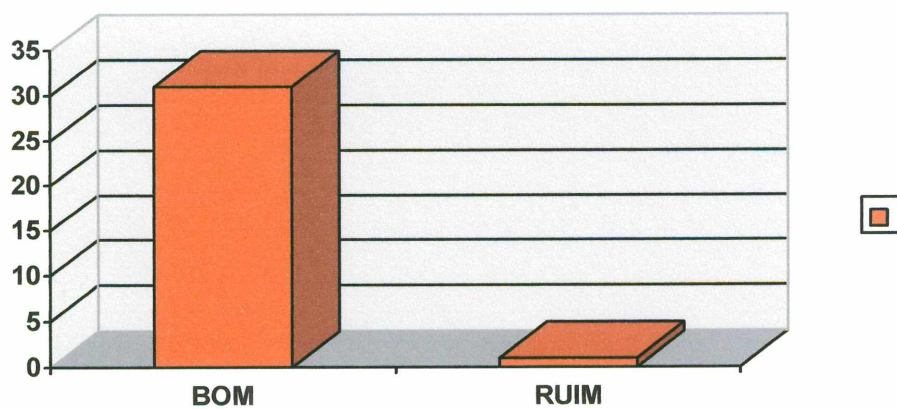
Assimilei a importância do processo educacional de forma adaptada às possibilidades, que utilize diferentes recursos comunicativos, que contribua a socialização proporcionando situações ideais para favorecer a expansão e o intercâmbio comunicativo.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS POR MEIO DE ENTREVISTAS 1ª ETAPA

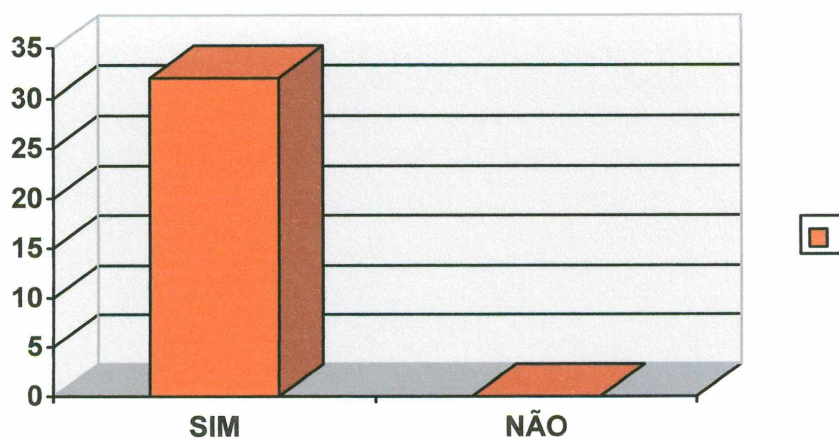
1) Você já conhecia uma pessoa surda?



2) Como é ter um aluno surdo na sua sala?

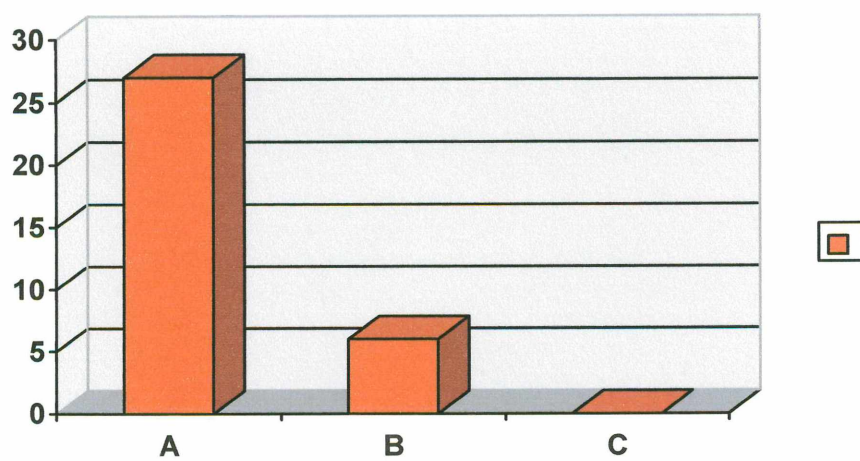


3) Você procura se comunicar com ele?

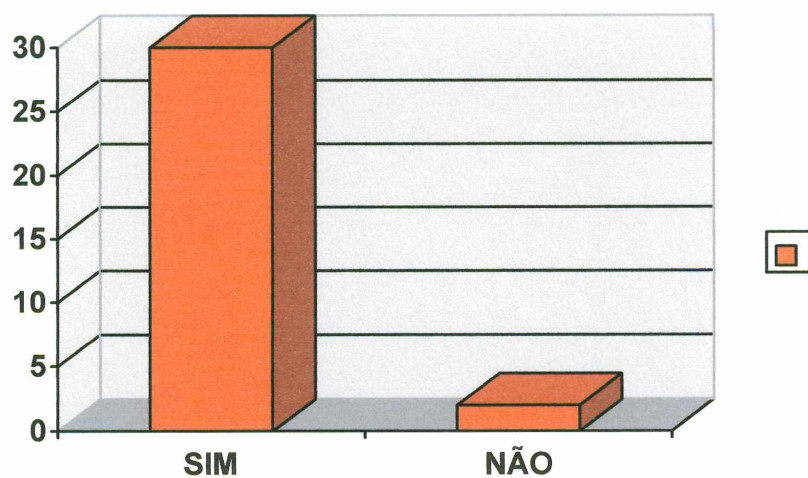


4) De que maneira?

- a) através de gestos
- b) através da escrita
- c) através da fala

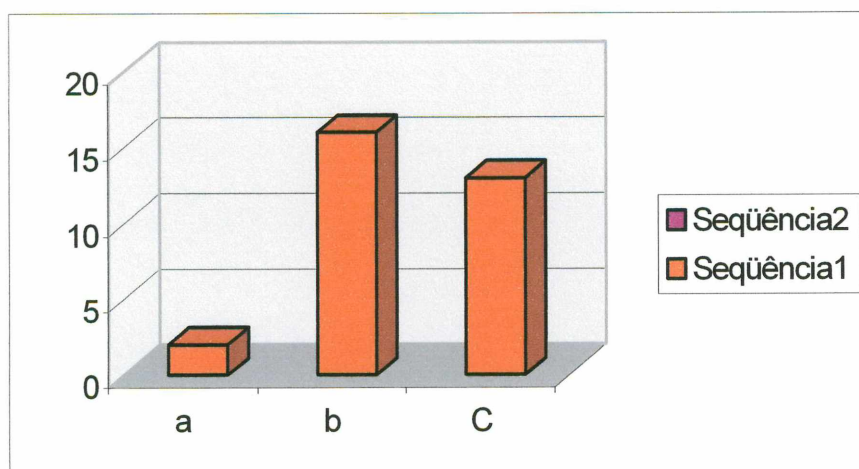


05) Alguém lhe contou “o porquê” uma pessoa nasce ou se torna surda?



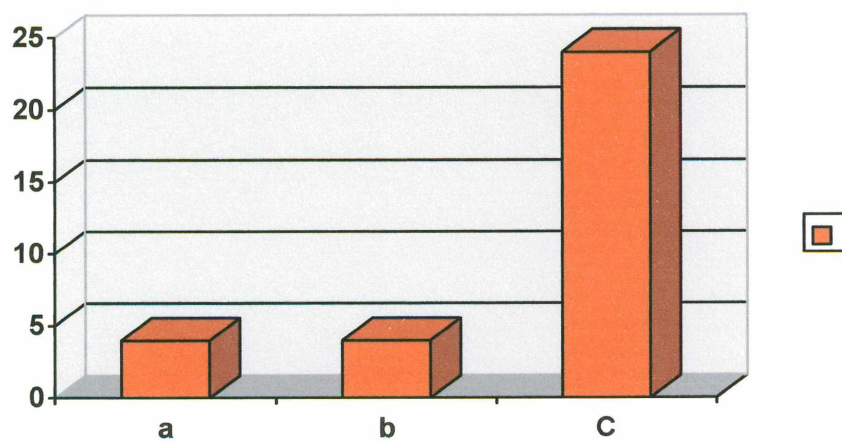
6) Você acha o surdo uma pessoa:

- a) diferente
- b) igual as outras
- c) capaz



7) Na sua opinião, qual a maior dificuldade desse aluno?

- a) não acompanhar as matérias
- b) não se comunicar
- c) não compreender o que os outros querem falar



6 ANÁLISE DOS RESULTADOS NA 2ª ETAPA COM A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional é realizada por meio da supervisão escolar, com o auxílio da direção, que realiza visitas às salas de aula com intuito de colaborar com o professor e com o aluno.

Nesta escola, não há diferenças entre professores com grandes experiências ou inexperientes, mas sempre o supervisor realiza intervenções quando necessário para que os professores repensem sua atuação e tenham uma melhor interação dos conteúdos.

Tendo em vista o número de profissionais e de alunos e a diversidade de funções que a supervisão escolar assume, o apoio pedagógico nem sempre é satisfatório.

O supervisor elabora relatórios trimestrais separados por turmas, visando sanar as dificuldades encontradas em cada uma delas e estimulando o profissional no decorrer do ano letivo.

Soluciona e orienta sobre indisciplinas, conversa com os pais buscando a interação entre escola e família.

Na sala dos professores existe um mural onde é fixado cursos ofertados, concursos, solicitações de sugestões onde a supervisão incentiva a participação dos professores. É ofertado, na medida do possível, materiais solicitados pelos professores.

O supervisor faz acompanhamento do livro de chamada bem como o diário de classe de cada turma. Durante a semana e no período de quatro horas, divididos em duas horas, cada professor tem seu horário de permanência onde na maioria das vezes é acessado pelo supervisor.

Busca-se neste setor uma organização adequada em relação de horários de atendimentos e de disposição de materiais, alguns deles disponibilizados frente a um registro de empréstimo.

O Supervisor participa de cursos, horas de estudo e capacitação, reuniões administrativas e pedagógicas, avaliações de professores etc...

Na escolha do livro didático teve grande participação envolvendo os profissionais na proposta, interagindo e proporcionando a reflexão sobre a escolha a ser tomada.

Após a avaliação geral da turma, a supervisão escolar anota os itens que precisam ser melhorados indicando algumas sugestões metodológicas para aqueles com maior dificuldades, sempre enfatizando uma melhoria na qualidade de ensino.

Sempre que há dificuldades por parte do desempenho profissional, é feita comunicação entre o diretor, supervisor e professores, com o objetivo de sanar as dificuldades. Quando surge necessidade, o supervisor estabelece um diálogo a parte, sem intervir no bom andamento da escola.

As reuniões com o corpo docente são realizadas pela supervisora para repasse de normas administrativas ou pedagógicas que são registradas em ata. Por meio da participação democrática entre todos os envolvidos, existe a possibilidade de que os profissionais surgiram mudanças para uma escola mais atuante.

O supervisor é informado e encaminha alunos de acordo com as necessidades apresentadas, tais como dificuldades visuais e auditivas, problemas odontológicos, psicológicos e neurológicos, higiene precária e desnutrição acentuada. É realizado um contato telefônico com as secretarias responsáveis e o encaminhamento de alunos para posterior avaliação, tratamento e atendimento adequado realizados por profissionais.

Quanto a acidentes ocorridos na escola, dependendo da gravidade, a supervisão encaminha para o Hospital Angelina Caron, caso contrário a secretária realiza os primeiros socorros.

Sempre que se faz necessário o Conselho Tutelar é acionado pelo supervisor juntamente com a Direção, onde os pais são chamados para conversar e assumir eventuais responsabilidades.

Na chegada de um novo profissional à escola, o supervisor esclarece normas e metodologia desenvolvida na instituição.

6.1 O PAPEL DO ORIENTADOR FRENTE À INCLUSÃO

Pouco ainda se escreve sobre o papel do Orientador na Educação Inclusiva, porém muito se tem a pesquisar sobre o assunto, afinal a Educação Inclusiva implica um processo contínuo de melhoria da escola, com o fim de utilizar todos os recursos disponíveis, especialmente os recursos humanos, para promover a participação e a aprendizagem de todos os alunos, no seio de uma comunidade local para que o orientador educacional colabore com a permanente construção e movimento, para

que todos aprendam juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades encarando a tarefa educativa com base numa abordagem curricular.

Refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, incluindo alunos e professores, através da perspectiva sócio-cultural significa que nós temos que considerar, dentre outros fatores, a visão ideológica de realidade construída sócio e culturalmente por aqueles que são responsáveis pela educação. Julgamentos de “deficiência”, “retardamento”, “privação cultural” e “desajustamento social ou familiar” são todos construções culturais elaborados por uma sociedade de educadores que privilegia uma só forma para todos os tipos de bôlos. A prática de classificar e categorizar crianças baseado no que as crianças não sabem ou não podem fazer somente reforça fracasso e perpetua a visão de que o problema está no indivíduo e não em fatores de metodologias educacionais, currículos, e organização escolar.

Se faz necessário que se repense as relações entre a família e a escola. Há algum tempo, os pais estão afastados da escola, e a escola, e a escola, por sua vez, parece Ter-se acomodado a essa ausência como se ela, de certa forma, a deixasse livre para não dar satisfação de seus atos a seu cliente e maior interessado.

Trazer, novamente, os pais e professores para uma relação de trabalho mais aproximada, torna-se válido para a própria causa da inclusão/educação, mesmo que para tal seja necessário inventar novos modos de fazê-lo.

A escola poderá trabalhar livremente na questão da política Casa-Escola, já que não há nenhuma legislação que torne esse trabalho obrigatório. Por outro lado, também não há diretrizes que sinalizem como devem ser desenvolvidas as relações pais-escola.

A escola poderá também fazer trabalhos de conscientização que irão amadurecer idéias e facilitar a aceitação dos alunos e de seus pais.

Contudo, é papel fundamental do orientador assegurar aos professores recentemente qualificados tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo e de escolas inclusivas é o melhor investimento que pode ser feito a longo prazo. Isto assenta os alicerces para uma “boa prática” sobre as quais as gerações mais jovens poderão basear-se e oferece condições para o surgimento de uma “massa crítica” de professores jovens que tiveram um pouco de compreensão e experiência da prática inclusiva.

Embora os padrões estabelecidos para os coordenadores de necessidades educacionais especiais sejam um pouco idealistas, o mesmo poderia ser dito dos padrões esperados de um professor recentemente qualificado. Nenhum mortal comum poderia emergir de um curso de Pós-Graduação em Educação dotado de competências listadas nos padrões da Educação Inicial de Professores. Não obstante, como a inclusão, eles representam uma estrada para ser trilhada e uma meta para ser atingida durante a vida, em vez de uma prescrição para excelência imediata.

Portanto, deve-se estabelecer expectativas claras para os professores em pontos-chave na profissão, ajudando-os em pontos diferentes de sua vida profissional a planejar e a monitorar o seu desenvolvimento, a capacitar e a desempenhar efetivamente seu trabalho e a fixar objetivos claros e relevantes para melhorar a sua efetividade, assegurando que o enfoque em todos os pontos esteja dirigido à melhoria do desempenho dos alunos e da qualidade de sua educação, fornecendo as bases para o reconhecimento profissional da especialização e para as realizações dos professores e ajudando os serviços de desenvolvimento profissional a planejar e a promover uma capacitação relevante de alta qualidade, a qual satisfaça a necessidade de professores individualmente e de diretores e a qual faça um bom uso do tempo e ofereça o máximo de benefício para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada pode-se concluir que a maior dificuldade encontrada pelo aluno na classe regular foi comunicação, a falta de linguagem entre as partes, a qual cortava as informações necessárias para que o aluno adquirisse os conteúdos apresentados.

Embora a pré-disposição da professora em auxiliar o aluno, o número excessivo de alunos, e a indisciplina desfavoreciam esse momento individualizado e de atenção que seria necessário.

Por diversas vezes, fui solicitada à interpretar à professora e colegas de classe para compreensão de ambas as partes. Orientei a classe e sua regente quanto à necessidade de usar materiais visuais, falar de frente para o aluno, chamá-lo em vez de bater em seu braço, e acreditar que ele poderia aprender.

A sala com muitos cartazes e claridade excessiva, prejudicavam a atenção do aluno que por ser de estatura alta não pode sentar-se à frente o que também prejudica sua discriminação auditiva e sua leitura labial.

Todas as tardes, no início do período de aula, interpretei as orações, avisos ou demais situações que aconteciam. Esse procedimento rompeu com a ausência de informações as quais o aluno não tomava conhecimento. O interesse da professora e alunos em aprender Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), despertou em função da dificuldade de comunicação, e a conscientização de que eles também são capazes de aprender outra língua.

A escola não possui sinalizações em Libras, sinal luminoso e nem classe adequada para a frequência desse aluno. Orientei a professora para que não fizesse uso de roupas estampadas, maquiagem chocante nem uso de bijuterias chamativas pois isso contribuiria para a desatenção do aluno.

O aluno demonstrou capacidade de aprendizagem, quando surgiam dúvidas eu era solicitada para auxiliá-la. Em alguns momentos sentia a angústia da professora em não compreender e nem ser compreendida pelo aluno que ficava muito nervoso, irritado em algumas situações.

A avaliação aplicada ao aluno era idêntica aos demais, com o uso de vocabulários e expressões descobertas. Nas matérias exatas as dificuldades eram menores, em forma descritiva se tornou impossível avaliar.

O aluno lê, mas não compreende toda a mensagem, necessita de um trabalho direcionado com precisão de termo ou palavras dentro dos textos.

Embora assíduo, o aluno reclamava de estar freqüentando uma classe diferente de sua idade. A diferença de idade, de interesses, jogos e brincadeiras se tornava evidente.

Na segunda etapa do projeto a maior dificuldade encontrada foi a questão da orientação educacional, pois a escola possui somente supervisão escolar, a qual não impôs barreiras para a realização, porém, apesar da boa vontade e estar sempre pronta para atender, não houve como observar o real papel da orientação escolar frente à inclusão, entretanto, todos os professores se mobilizaram a conhecer um pouco mais sobre o assunto, o que contribuiu muito para a realização do projeto.

A comunicação e a linguagem na educação da criança surda é um dos pontos mais importantes que deve estar presente em todo o processo ensino-aprendizagem. Por isso, as orientações adotadas devem ser observadas por todos os professores. O que deve ser estudado, são as finalidades da inclusão na escola normal, pois esta deve abordar em profundidade o que pressupõe a educação deste aluno e procurar dar-lhe uma resposta educacional, somente assim ter-se-ia assentado bases para garantir uma educação satisfatória em comum com seus colegas ouvintes.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, Alexandra Aych. **Educação e Deficiência**. Campo Grande, Cecit/UFMS, 1994.
- CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro, WYA, 1997.
- CORREA, Luiz de Miranda. **Alunos com N.E.E nas classes regulares**. Porto Editora, 1999.
- COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Necessidades Educativas Especiais. V.3 Ed. Artes Médicas, 1995.
- CADERNO DA TV ESCOLA. **Educação Especial**. P. 50-56
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- FREITAS, Patrícia S & CIDADE Ruth E. A. **Noções sobre a Educação Física e Esporte para pessoas portadores de deficiências: uma abordagem para profº de 1º e 2º graus**. Uberlândia, MG: Gráfica Breda.
- GAZETA DO POVO. 7 de Abril de 2003 – folha 5
- JORNAL DO APRENDER, Julho de 1999 p. 2 e 3.
- SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação Especial para todos**. Junho, 1998 p. 17, 18 e 19.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001
- RINALDI, Giuseppe. **Et al**. Brasília: SEESP, 1997.
- SKLIAR, Carlos. **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. Mediação, 1998
- STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Yue, 1555
- SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão/ Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- Site; WWW.Glocities.com
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**. Rio de Janeiro: Imago, 1990